

# CDDPH, reativado, se reúne pela primeira vez na Nova República

Reativado e com outras atribuições, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) reúne-se amanhã pela primeira vez na Nova República, em sessão pública. Para a reunião, no Conselho Federal da OAB/RJ, foram convocadas 120 entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, entre elas a Pastoral da Terra, a Comissão de Paz e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na instalação do Conselho, hoje às 17h, serão ampliadas suas áreas de atuação, com a criação de setores sobre violência e abuso de poder, fraudes eleitorais e discriminação (racial, à mulher, aos índios). O CDDPH deverá também mudar a periodicidade de suas reuniões. Antes, eram seis por ano. A partir de fevereiro, haverá 11 sessões ordinárias, sempre na segunda quinzena de cada mês.

Ainda na sessão de hoje, na OAB/RJ, serão empossados dois novos membros do Conselho, que passará a ter a seguinte composição: ministro Fernando Lyra, Barbosa Lima Sobrinho (ABI), Herman Assis Baeta (OAB), Bernardo Pericás Neto (Itamarati), Sepúlveda Pertence (procuradoria-geral da República), Bezerra de Menezes (Conselho Federal de Cultura), Benjamin Albagli (Associação Brasileira de Educação), Antônio Carlos de Almeida Castro, senadores Humberto Lucena e Murilo Badaró e deputados Prisco Viana e Pimenta da Veiga.

Apurar violações de direitos humanos, com poderes ilimitados, em qualquer parte do país. Era esta a missão do CDDPH criado pelo presidente João Goulart em 1964, pouco antes do golpe militar, e que só foi instalado quatro anos depois, em 1968, no Governo Costa e Silva. Inspirado na Comissão dos Direitos Civis do Departamento de Justiça dos Estados Unidos e acomodado no Brasil sob a égide do liberalismo udenista (Bilac Pinto foi o autor do projeto), o CDDPH deveria ser "um templo onde a palavra não ficará morta", conforme prometia o presidente Costa e Silva.

Acossado pelo Governo, na fase áurea da repressão, esvaziado por sessões secretas em que tudo se discutia mas nada se resolvia, o Conselho se desgastou. A tal ponto se desnorteou que vários de seus membros, desencantados, chegaram a propor sua extinção. "Aquilo lá é um espetáculo de teatro chinês. Cada um representa seu papel", queixou-se certa vez o professor Benjamin Albagli, da Associação Brasileira de Educação que, juntamente com a ABI e a OAB, eram vozes solidárias e uníssonas num órgão de maioria governista.

Os sobressaltos políticos por que o país passou em 1970 não tiveram eco no CDDPH. Os excessos praticados nas prisões políticas, as cassações brancas, os desaparecimentos nos cárceres, os atentados terroristas foram questões escamoteadas até 1973, quando o Governo Médici resolveu não o convocar mais. Só em 1979, por iniciativa do presidente Ernesto Geisel e de seu ministro da Justiça, Petrônio Portella, que o CDDPH foi reativado.

Embora sem a presença do MDB, que se afastou por não concordar com o sigilo das reuniões (determinado no Governo Médici), o Conselho passou a agir, investigando em princípio o caso dos desaparecidos políticos. Questão incômoda, exasperada pela discussão do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, ela contribuiu para encerrar a nova fase de atividades do Conselho quando o ministro Petrônio Portella achou mais conveniente não se tratar do passado.